

DA INCLUSÃO À EVASÃO: QUAIS SÃO OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS QUE ESTUDANTES COM TEA ENFRENTAM NO ENSINO SUPERIOR?

DIULIA HÜTTNER WOLTER¹; MARIANA COSTA DE SOUZA²; YASMIN VASCONCELOS LUZ GARCIA³; AIRI SACCO⁴

MARIA TERESA NOGUEIRA⁵:

¹*Universidade Federal de Pelotas – diuliahuttnerwolter@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – marianacostadesouza@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – yasminluz1@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – airi.sacco@ufpel.edu.br*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – mtdnogueira@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos temas emergentes na atualidade e importantes para compreender a dinâmica de inclusão no país. Para a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), o autismo é marcado pela dificuldade nas interações sociais, na comunicação, seja ela verbal ou não verbal, apresentando também padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, estereotipias, rotinas e rituais e alterações sensoriais. O TEA é considerado pela Lei Brasileira 12.764 como deficiência.

De acordo com o Artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (2015), a educação é um direito das pessoas com deficiência, e precisa ser inclusivo em todos os níveis de aprendizagem ao longo de toda a vida, a fim de garantir o máximo desenvolvimento de seus talentos e habilidades, respeitando suas particularidades, interesses e necessidades. Ainda, o Artigo 28, incumbe o poder público a assegurar, desenvolver e acompanhar os sistemas educacionais, a fim de garantir condições de acesso, permanência e participação desses estudantes, eliminando barreiras e adotando medidas individualizadas que promovam a inclusão.

Na educação superior, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), preconiza a transversalidade da educação especial, com ações que visam o planejamento e a organização de recursos e serviços, com acessibilidade na comunicação, materiais pedagógicos e desenvolvimento de todas as atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

Posto isso, este artigo teve como objetivo analisar os desafios institucionais enfrentados por alunos com TEA em universidades públicas. Além disso, propôs-se a identificar lacunas na aplicação das políticas públicas e fatores que levam à evasão e à permanência do estudante com TEA no ensino superior.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão de literatura narrativa, em busca dos principais desafios relacionados à permanência de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em universidades públicas.

A pesquisa bibliográfica baseou-se na análise de estudos acadêmicos ou artigos, legislações e relatórios institucionais disponíveis em bases reconhecidas como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais. Priorizou-se artigos publicados nos últimos dez anos. Foram incluídos estudos que abordam a inclusão, a permanência e a evasão de estudantes com TEA em universidades públicas, bem como aqueles que discutem os desafios institucionais e as políticas de acessibilidade, enquanto foram excluídos artigos que tratavam de outros níveis de ensino ou que não apresentavam dados relevantes para a discussão sobre evasão e suporte a esses estudantes.

A análise dos dados coletados buscou identificar padrões, divergências e tendências no debate acadêmico, dispondo os resultados em categorias que contemplam lacunas na aplicação das políticas públicas de inclusão, fatores que contribuem para a evasão dos estudantes com TEA e elementos que favorecem sua permanência na universidade.

De acordo com o Censo de 2016, haviam cerca de 546 estudantes brasileiros com TEA matriculados no ensino superior, sendo a maioria, do sexo masculino, com prevalência de brancos e com média de idade de 27,6 anos, o que torna evidente o acesso tardio quando comparado com estudantes neurotípicos (Silva e Moreira, 2020). Esse acesso tardio revela a dificuldade de inclusão desde os anos iniciais na educação básica.

É importante reconhecer que diferentes marcadores sociais perpassam a experiência educacional dos estudantes com TEA e interseccionam a sua relação com o meio. Esses marcadores podem resultar em barreiras de maior ou menor grau no acesso e permanência acadêmica.

Apesar do compromisso crescente de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiências (PCD), há lacunas na efetivação dessas políticas, que demonstram que, em comparação com a população universitária em geral, as PCD representam menos de 1% do total de matrículas (Martins, Leite e Ciantelli, 2018). Em relação aos estudantes com TEA, esse número cai consideravelmente (Martins, Leite e Ciantelli, 2018), realidade que evidencia os desafios e barreiras para o acesso à universidade.

De acordo com Silva e Pavão (2018), são necessárias adaptações curriculares na educação superior. Essas adaptações, que atendem as especificidades desses estudantes, favorecem uma trajetória acadêmica com qualidade. Entretanto, as particularidades desses alunos ainda não são totalmente contempladas, uma vez que tanto a escola quanto a universidade utilizam práticas pedagógicas que são, por vezes, excludentes (Silveira et al., 2020).

Nesse sentido, abre-se espaço para questionar a efetividade da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência de 2015, que garante a inclusão em todos os níveis de aprendizagem.

De acordo com Silveira e colaboradores (2020), as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes TEA podem centrar-se em três temas: a segregação devido à não-aceitação do “diferente”; a falta de reconhecimento de professores e colegas sobre suas ações excludentes; e as dificuldades linguísticas que acompanham o estudante durante sua trajetória educacional, desde a escola até a universidade.

Para esses autores, as questões linguísticas como a compreensão leitora, produção escrita e letramento acadêmico impactam a permanência dos estudantes TEA na universidade. Reunido a isso, a baixa interação entre

professor e estudante pode ampliar a segregação e a dificuldade no relacionamento interpessoal (Silveira et al., 2020).

Em relação à inclusão desses estudantes no ensino superior, o Programa Incluir (Brasil, 2008) garante que estudantes público-alvo da Educação Especial sejam assessorados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e acompanhados desde o momento da realização do vestibular.

O NAI realiza orientações para os docentes, como realizar a comunicação adequada e estender prazos, por exemplo, e discentes na análise de tarefas, estabelecimento de metas, técnicas de gerenciamento de tempo e habilidades de estudo e de autogerenciamento, bem como encaminha estudantes para outros atendimentos especializados com profissionais dentro ou fora da instituição, quando necessário.

Esse tipo de apoio é fundamental para garantir inclusão, compreender as principais dificuldades do estudante com TEA e favorecer a sua permanência na universidade, através dos esforços mútuos entre discente e docente. Dessa forma, as parcerias que se estabelecem dentro da instituição (entre setores, profissionais, ações, projetos etc.) são essenciais para diminuir a evasão (Silveira et al., 2020).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes dentro do TEA no processo educacional superior carece de estudos científicos nacionais (Santos et.al, 2020). Esses estudantes sofrem com a segregação desde a educação básica até o ensino superior. Na universidade, muitos são os desafios encontrados pelos estudantes, como avaliações não adaptadas, questões linguísticas, comunicação e relações interpessoais. Nesse sentido, abre-se espaço para problematizar a efetividade das políticas que asseguram direitos de inclusão a esses estudantes no âmbito educacional superior. Percebe-se, ainda, a falta de investimentos nos serviços de educação, tanto na formação de professores quanto nos recursos de aprendizagem. À vista disso, as universidades brasileiras precisam aperfeiçoar os mecanismos de apoio aos estudantes assistidos pela Educação Especial e não se limitar ao que faz o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, a fim de promover, de fato, a Educação Inclusiva.

Assim sendo, é notável que há a necessidade de mais estudos voltados à permanência de estudantes com TEA na Educação Superior, com o propósito de minimizar obstáculos encontrados no contexto acadêmico, evitar a evasão e garantir sua permanência com qualidade na instituição e, principalmente, (re)discutir as dificuldades acadêmicas através do ponto de vista do aluno.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

DONATI, G. C. F.; CAPELLINI, V. L. M. F. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. esp.2, p. 1459–1470, 2018.

FISCHER, M. L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 4, p. 535–552, 2019.

MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P.; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, p. 15-23, 2018.

SILVA, M. C. da; PAVÃO, S. M. de O. (Im)possibilidades das adaptações curriculares na educação superior. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 621-649, 2018.

SILVA, V. C.; MOREIRA, L. C. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. e16/1–25, 2022.

SILVA, S. C. DA. et al.. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior: Analisando Dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, Florianópolis, v. 24, p.1-9, 2020.

SILVEIRA, P. T. DA.; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P.. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 659–675, 2020.